Apresentação: 23/08/2024 10:44:54.220 - Mesa
RIC n.3218/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER –** PL/GO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024.

(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Solicita informações ao Sr. Ministro-chefe da casa civil, a respeito da notícia que prefeituras aliadas com o governo e com o Partido dos Trabalhadores receberam repasses de recursos superiores aos solicitados, sem justificativas detalhadas e aprovação das equipes técnicas.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Casa Civil, informações quanto à notícia que prefeituras aliadas com o governo e com o Partido dos Trabalhadores receberam repasses de recursos superiores aos solicitados, sem justificativas detalhadas e a devida aprovação das equipes técnicas.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

1- Quais foram os critérios específicos utilizados pelo Governo para a distribuição dos recursos às prefeituras mencionadas?

2- Como se justificam os repasses superiores ao solicitado por essas administrações locais?

3- Por que os repasses mencionados foram feitos sem a aprovação das equipes técnicas responsáveis pela avaliação e alocação dos recursos? Houve alguma exceção ou norma que permitisse essa prática?

4- Por que as justificativas detalhadas para os repasses não foram apresentadas de forma transparente?

CD248253452200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248253452200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer

Apresentação: 23/08/2024 10:44:54.220 - Mesa
RIC n.3218/2024

5- O governo tem planos para corrigir essa falta de transparência e garantir que futuras alocações de recursos sejam acompanhadas por documentação completa?

6- O Governo reconhece que esses repasses estão sendo interpretados como favorecimento político a prefeituras aliadas ao governo e ao Partido dos Trabalhadores?

7- Quais medidas estão sendo tomadas para garantir que a distribuição de recursos seja feita de forma imparcial e baseada exclusivamente em critérios técnicos?

8- Quais serão as ações do Governo para assegurar que os recursos já repassados sejam utilizados conforme o interesse público e com a devida prestação de contas?

9- Haverá uma auditoria ou revisão desses repasses para garantir que os mesmos foram aplicados corretamente?

10- Como o Governo avalia o impacto dessa situação nas relações entre o governo federal e as prefeituras não alinhadas politicamente? Há planos para revisar as políticas de repasse para evitar que situações semelhantes ocorram no futuro?

11- Quais medidas corretivas o Governo pretende adotar para evitar a repetição dessas irregularidades em futuros repasses?

12- Existe algum plano para fortalecer os mecanismos de controle interno e fiscalização?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro-chefe da Casa Civil entenda como pertinentes, sobre esse assunto de interesse público.

CD248253452200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248253452200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer

Apresentação: 23/08/2024 10:44:54.220 - Mesa
RIC n.3218/2024

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, vieram à tona denúncias preocupantes sobre o direcionamento de recursos públicos a prefeituras aliadas ao governo e ao Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com as investigações, essas prefeituras teriam recebido repasses de verbas superiores ao solicitado, sem que houvesse justificativas detalhadas ou a aprovação das equipes técnicas responsáveis pela avaliação dos pedidos.

Conforme notícia veiculada na mídia[1], desde que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumiu a presidência em 2023, um total de R$ 1,4 bilhão em fundos federais foram destinados a seis cidades sob a administração do PT ou de seus aliados. As cidades beneficiadas incluem Mauá, Araraquara, Diadema e Hortolândia em São Paulo, bem como Cabo Frio e Belford Roxo no Rio de Janeiro. Foi observado que o montante alocado era geralmente mais alto do que o solicitado e muitas vezes não havia justificativas detalhadas ou aprovação da equipe técnica.

A investigação mostrou que as transferências foram realizadas com solicitações de “prioridade” escritas à mão e incluíram fundos de vários ministérios, como Saúde, Cidades, Educação, Trabalho e Assistência Social. Além disso, advogados com especialização em direito administrativo encontraram sinais de tráfico de influência e má conduta administrativa nos processos de liberação dos fundos.

A investigação do “UOL” revelou que a distribuição dos fundos contou com a participação de Marco Aurélio Santana Ribeiro, também conhecido como Marcola, chefe de gabinete do Lula. Marcola tem desempenhado um papel central, encontrando-se 33 vezes com prefeitos e secretários municipais, desde o começo do mandato. Nessas reuniões, até a liberação de recursos foi discutida. Prefeitos dessas cidades frequentemente relataram interações diretas com Lula. Por exemplo, o prefeito de Araraquara, Edinho Silva, divulgou a liberação de R$ 60 milhões para a “Saúde” após uma

[1] https://www.folhadestra.com/prefeituras-aliadas-ao-pt-receberam-r-14-bi-sem-aval-tecnico-diz-portal/

CD248253452200
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248253452200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer

Apresentação: 23/08/2024 10:44:54.220 - Mesa
RIC n.3218/2024

reunião com Lula, embora o governo tenha inicialmente autorizado apenas R$ 42 milhões. Prefeitos como José de Filippi Junior, de Diadema, também confirmaram ter feito solicitações diretamente ao presidente.

Embora algumas cidades tenham recebido fundos significativos, outras áreas com menores "Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)" e condições mais desafiadoras, não receberam a mesma consideração. Por exemplo, Cacimbas (PB) e Cachoeira do Piriá (PA), que lutam contra a extrema pobreza, fizeram solicitações de recursos para a Saúde, mas não foram atendidas. Apenas 0,86% da população brasileira é representada pelas seis cidades beneficiadas, que não estão entre as mais necessitadas. Ao comparar com municípios como Diadema e Mauá, nota-se uma disparidade na distribuição de recursos, com algumas cidades recebendo mais fundos do que pediram.

Também, a reportagem informa que a liberação de fundos para os aliados de Lula foi realizada por meio de uma rede de confiança que incluía personalidades como Mozart Sales, assessor especial do ministro Alexandre Padilha; Swedenberger Barbosa, secretário-executivo do Ministério da Saúde; e Guilherme Simões Pereira, do Ministério das Cidades. Essas pessoas desempenharam um papel vital na liberação desses recursos.

Ressalta-se, que a prática aqui relatada levanta sérias questões sobre a transparência e a equidade na distribuição de recursos públicos. Em um cenário ideal, os repasses de verbas deveriam seguir critérios técnicos rigorosos, baseados nas necessidades reais das administrações locais e na capacidade de execução dos projetos propostos. No entanto, o que se observa nesse caso é uma possível utilização do poder político para favorecer aliados, em detrimento de outros municípios que também carecem de investimentos.

É essencial que o processo de distribuição de recursos seja realizado de forma transparente, com a devida fiscalização e prestação de contas. A ausência de justificativas detalhadas para os repasses acima do solicitado, aponta para uma falta de compromisso com a boa governança e com os princípios da administração pública.

CD248253452200
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248253452200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer

Apresentação: 23/08/2024 10:44:54.220 - Mesa
RIC n.3218/2024

Além disso, a não aprovação das equipes técnicas sugere que decisões estão sendo tomadas à revelia dos profissionais qualificados, o que pode comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.

Esse tipo de conduta não apenas enfraquece a confiança da população nas instituições públicas, mas também cria um ambiente de desigualdade entre os municípios, prejudicando aqueles que não possuem os mesmos vínculos políticos.

Por fim, o combate à corrupção e ao favorecimento político, deve ser uma prioridade em qualquer governo que se proponha a servir o interesse público de forma justa e eficiente.

Com todo o exposto e diante dessas revelações, é imperativo que sejam realizadas investigações aprofundadas, e que os responsáveis por eventuais irregularidades sejam devidamente responsabilizados.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

CD248253452200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248253452200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer